



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**PROCESSO** : 0049958-03.2019.6.05.8000**INTERESSADO** :**ASSUNTO** : Pregão n.º 19/2020. Registro de Preços visando a eventual aquisição de Mobiliário Certificado.**Parecer nº 0382737 / 2020 - PRE/DG/ASSED****SEI N.º 0049958-03.2019.6.05.8000**

Assunto: Pregão n.º 19/2020. Registro de Preços visando a eventual aquisição de Mobiliário Certificado - PAD N.º 13982/2019

PARECER

1. Cuidam os autos de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, que teve como objeto o Registro de Preços visando a eventual aquisição de de Mobiliário Certificado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência – do Pregão Eletrônico n.º 19/2020, documento n.º 34265.

2. Foram atendidos os requisitos legais relativos à fase interna do procedimento licitatório, por meio da juntada dos seguintes documentos:

a) planilha padrão de estimativa de preços e manifestação da SEAQUI, documentos n.ºs 34228, 34229, 34230 34261 e 34262;

b) indicação de ação orçamentária para custeio da despesa, não havendo indicação de disponibilidade orçamentária, uma vez que se trata de licitação pelo Sistema de Registro de Preços, documento n.º 34233;

c) análise da legalidade das minutas pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documento n.º 34252;

d) autorização de abertura do certame licitatório por autoridade competente, documento n.º 34254;

e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, com juntada de cópia da portaria que designou o Pregoeiro e membro de equipe de apoio, documentos n.ºs 34258 e 34266;

f) documento referente à divulgação do Edital em meio eletrônico, publicação do Edital no D.O.U. e em jornal de grande circulação, documentos n.ºs 34267 e 34268.

3. Os procedimentos realizados durante o processo licitatório foram detalhadamente descritos pelo Pregoeiro no documento n.º 373947, cujo relatório adoto.
4. Aberta a licitação e efetuada a análise preliminar das propostas, verificou-se o início da etapa competitiva, tendo o Pregoeiro concedido oportunidade às empresas para apresentação de lances para os itens diversos, registrados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documento n.º 373935.
5. O Pregoeiro procedeu à tentativa de negociação de preços com as licitantes, não obtendo, contudo, êxito.
6. Finda a etapa de lances, procedeu-se a fase de habilitação. Após a devida verificação, os documentos comprobatórios das licitantes vencedoras foram acostados aos autos da seguinte forma:

- 1- INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI, vencedora do lote 1;
- 2- CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA., vencedora do lote 2;
- 3- TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., vencedora dos lotes 3 e 4.

7. Ao final, o Pregoeiro encerrou a sessão, adjudicando os lotes aos seus respectivos vencedores, consoante Termo de Adjudicação, documento n.º 373939.

8. Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, houve manifestação por parte das licitantes CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA. e MIRANTI INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI. A empresa MIRANTI deixou o prazo escoar *in albis* para apresentação de suas razões. Já a CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA. apresentou suas justificativas tempestivamente no documento n.º 373923.

9. Após análise do recurso, documento n.º 373926, o Pregoeiro manteve a decisão de classificar em primeiro lugar a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI, submetendo os autos à apreciação do Diretor-Geral, documento n.º 373947.

10. Instada manifestar-se, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, corroborando o entendimento encampado pelo Pregoeiro, opinou pela improcedência do recurso apresentado pela empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA., conforme o Parecer n.º 218/2020, no documento n.º 377456, nos termos destacados do supradito opinativo, como vemos a seguir:

2. A Recorrente alega, em síntese, que (doc. n.º 373923): 2.1. A classificação das propostas não respeitou as condições estabelecidas na “SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO”. Sustenta a empresa que, não tendo sido obtidas 3 (três) propostas fechadas, deveriam ter sido convocadas as licitantes subsequentes na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), para que ofertassem lances fechados, o que não ocorreu. 2.2. Os atestados de qualificação técnica apresentados pela INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP comprovaram o Certificado de Conformidade de Marca ABNT NBR 13966 para mesas retas/retangulares, com altura de 745 a 750mm, quando as especificações dos itens 1, 2 e 3 do edital se referiam a mesas em formato “L”, com altura entre 730 e 740mm. 3. Em contrarrazões, a Recorrida aduz que (doc. n.º 373924): 3.1. O modo de disputa é controlado pelo sistema, não tendo interferência da equipe de Pregoeiros. Informa, ainda, que o procedimento transcorreu regularmente em relação ao Lote 2, sendo difícil asseverar que tenha havido erro em apenas um dos grupos. 3.2. Apresentou o certificado da LACHI, atendendo aos requisitos exigidos no certame, posto que “O Edital não menciona que deve ser apresentado Certificado do móvel, ou similar, e sim apenas Certificado da Marca”. 4. No doc. n.º 373926, consta a decisão do Pregoeiro pela procedência parcial do recurso.

4.3. Assim, o Pregoeiro retornou à fase de habilitação para oportunizar à primeira colocada, ofertante do menor preço, a comprovação de que os atestados de capacidade técnica anexados no sistema quando do cadastramento da proposta atendem às exigências do edital.

Considerando que ao final da sessão a CENTER MÓVEIS deixou de manifestar intenção de recorrer, depreendemos que a licitante se resignou à habilitação de

sua concorrente.

6.3. A convocação de licitantes cujas propostas superam o valor de corte (dez por cento acima da melhor oferta) somente seria cabível se não houvesse, no mínimo, três licitantes enquadrados nessa faixa (condição 7.10, "b"). 6.4. A repetição da etapa fechada, delineada na condição 7.12, ocorreria na hipótese de deserção, ou seja, se nenhum dos licitantes convocados tivesse se valido da oportunidade de ofertar novo lance final. De acordo com as informações do Pregoeiro (doc. nº 373926), não foi o que ocorreu, tendo a empresa MIRANTI INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI encaminhado proposta intermediária³.

6.5. Não procede, assim, a interpretação conferida pelo Recorrente no sentido de que seria exigível o efetivo envio de, no mínimo, três lances fechados.

11. Nesse contexto, em que pesem as alegações e justificativas apresentadas pela recorrente, entende-se não lhe assistir a razão, de modo que resta frustrada sua intenção.

12. Assim, diante da manutenção da habilitação da licitante vencedora, sugere-se que os autos sejam encaminhados ao Diretor-Geral para indeferimento do recurso interposto pela empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA., com a consequente adjudicação do lote 01 à empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI com base no art. 4, XXI da Lei nº 10520/02 e art. 45, do Decreto nº 10.024/19.

13. Após a adjudicação, o presente certame estará apto à homologação, podendo a Administração proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos dos arts. 4º, XXI e XXII, da Lei nº 10.520/02, e dos arts. 45 e 48, do Decreto nº 10.024/19 e art. 13 do Decreto nº 7.892/13, e conforme Relatório Final do Pregão, Relatório Resultado por Fornecedor e Termo de Adjudicação, documentos n.ºs 373947, 373938 e 373939, respectivamente.

14. Em linha com o princípio da publicidade dos atos administrativos, recomenda-se, s.m.j., que conste da aprovação da Autoridade Competente, o nome das licitantes vencedoras com os respectivos valores, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 373938.

15. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Salvador, 14/05/2020.

Pedro Paulo Andrade

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

Salvador, 14 de maio de 2020.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva**, Técnico Judiciário, em 15/05/2020, às 11:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas**, Assessor, em 15/05/2020, às 11:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0382737** e o código CRC **3519874F**.

0049958-03.2019.6.05.8000

0382737v2